

Revolução Tecnológica e Desemprego: Qual a Relação?

Eneida Oto Shiroma*

INTRODUÇÃO

Estamos recebendo frequentes informações sobre o aumento do desemprego no Brasil. Diferentes metodologias apontam índices distintos, porém todos alarmantes: o IBGE anuncia 8% e o DIEESE chega a falar em 18% de desempregados. Da forma como vem sendo anunciado, o desemprego aparece como uma fatalidade, um fenômeno pouco explicado, quase naturalizado. Parece tratar-se apenas de números, índices, que sobem ou descem gerando curvas nos gráficos, em função dos dados estatísticos. Índices não têm nome, endereço, família, sonhos, planos, são dígitos. Essa naturalização do desemprego nos chega pela quase indiferença das notícias que despersonalizam o problema, anunciando que "a economia" está sofrendo, "as taxas" estão subindo, "a bolsa" está caindo, "o desemprego" está aumentando. O fetiche se instaura.

Ora, cadê as pessoas nessa história? São elas que, através de determinadas relações de produção, produzem estas ações que são anunciadas como uma fatalidade, como se fossem independentes da vontade de qualquer um. Mas até quando a sociedade conseguirá suportar as condições objetivas de extrema pobreza que se acentuam no contexto do desemprego? Se considerarmos ainda o subemprego e o emprego informal, teremos boa parte da população economicamente ativa (PEA) vivendo sob condições muito precárias de trabalho, emprego e renda, abaixo da fronteira da pobreza, engrossando as fileiras dos chamados excluídos sociais.

Dentre os fatores responsáveis por esta situação, alguns vão-se tornando senso comum pela frequência com que aparecem na mídia, sedimentando-se na opinião pública. Têm-se popularizado as explicações que atribuem o aumento do desemprego ao avanço tecnológico das empresas e à falta de qualificação do trabalhador brasileiro para lidar com equipamentos mais sofisticados.

Este artigo pretende problematizar a relação causa-efeito que o binômio novas tecnologias-desemprego sugere. Para isso recorreremos à literatura que trata do

tema em dois períodos: meados dos anos 80, quando o país estava tentando se recuperar da crise do início da década, e ao final dos anos 90, quando se tenta inserir na economia globalizada.

O QUE SE ENTENDE POR REVOLUÇÃO TECNOLÓGICA?

Revolução Tecnológica ou *Terceira Revolução Industrial* ou, ainda, Revolução Tecnológica da Microeletrônica¹, designa o processo de proliferação de equipamentos de base microeletrônica como robôs, máquinas de comando numérico computadorizado (CNC), controles lógicos programáveis (CLPs), sistemas integrados e flexíveis, e a descoberta de novos materiais, fontes de energia, processos em diferentes áreas como informática, microbiologia, engenharia genética, energia nuclear etc. Ficou conhecida como *Terceira Revolução Industrial*, pois, analisando a literatura sobre as mudanças da base técnica da produção, observaremos que, ao longo da história, outros grandes marcos foram adotados como referência porque afetaram profundamente o mundo do trabalho, a forma de produzir, de organizar a produção, as demandas de educação e de qualificação dos trabalhadores, em diferentes períodos. Esses marcos são denominados de "revolução"².

A Primeira Revolução Tecnológica (1760 - 1860) foi protagonizada pela indústria têxtil de Manchester, na Inglaterra. Corresponde ao período da Revolução Industrial marcada pela difusão da máquina de fiar, tear mecânico, descaroçador de algodão, máquina a vapor, ferrovia e outros inventos. Nesse período se desenvolveu a forma propriamente capitalista de subordinação do trabalho ao capital mediante a proliferação do trabalho fabril assalariado e do desenvolvimento da chamada "gerência científica" do trabalho, ou taylorismo.

A Segunda Revolução Tecnológica (1860 - 1950) teve como referência a indústria automobilística nos Estados Unidos. Foi marcada pela difusão da eletricidade, aço, motor a explosão, petróleo e petroquímica.

ca, que vão caracterizar a base técnica eletromecânica. Mudanças na organização do trabalho aprofundam a separação entre gerência e execução, entre a divisão de trabalho intelectual e manual dentro das fábricas. A criação da linha de montagem e o uso de máquinas dedicadas viabilizaram a produção em massa. Essa forma de organização do trabalho, que ficou conhecida como fordismo, em homenagem a Henry Ford, difundiu-se muito rapidamente como paradigma de produção, utilizando máquinas dedicadas e trabalhadores especializados, propiciando grande elevação de produtividade.

Finalmente, a *Terceira Revolução Industrial* teve como carro chefe a indústria eletroeletrônica e automobilística, especialmente a Toyota do Japão, dando origem à expressão "toyotismo", que alguns autores utilizam para se referir ao conjunto de mudanças que estão ocorrendo na esfera da organização da produção e do trabalho.

Embora possamos apontar semelhanças entre as três revoluções - grande elevação de produtividade,

impactos sociais e econômicos, escala internacional - a Terceira Revolução, diferente das anteriores, eleva em ritmo vertiginoso a produtividade e, contudo, não desencadeia um ciclo de crescimento. Pelo contrário, enquanto as duas primeiras foram seguidas por surtos de grande expansão do consumo, a Terceira Revolução apresenta tendência à estagnação. Uma das explica-

“Enquanto as duas primeiras revoluções acarretaram forte expansão do emprego, a terceira implicou o seu oposto”

ções para o fato pode ser a queda no poder aquisitivo da população, decorrente de cortes nos salários e precarização dos empregos. Enquanto as duas primeiras revoluções acarretaram forte expansão do emprego, a terceira implicou o seu oposto: forte retração do emprego, principalmente na indústria, tendência à terceirização da produção e terciarização da economia, com proliferação do trabalho em tempo parcial, vínculos precários e avanço da informalidade.

A primeira associação que somos tentados a fazer, então, é de atribuir o desemprego ao avanço tecnológico. Especialmente se considerarmos que essas novas tecnologias são poupadoras de mão-de-obra, ou seja, permitem que o capital incremente cada vez mais sua produtividade sem criar novos empregos. Por outro lado, somos forçados a considerar também que é a potenciação sem precedentes das forças produtivas que nos possibilita pensar na redução da jornada de trabalho, na liberação do trabalho fragmentado, monótono,

desinteressante, insalubre e na ampliação da capacidade mental, intelectual do ser humano.

Como nos lembra Frigotto:

“Todo este fantástico processo de mudanças tecnológicas, sob as relações capitalistas, explícita, neste fim de século, o paradoxo mais crucial: nunca a humanidade teve tantas condições de liberar tempo livre, isto é, tempo de fruição, de liberdade de escolha para a cultura, cultivo intelectual, estético, lúdico e artístico do ser humano. Paradoxalmente, nunca produziu tanto tempo torturado pelo desemprego, subemprego e emprego precário” (1997, p.478).

O TEMA É ATUAL, MAS A REVOLUÇÃO TECNOLÓGICA, ANTIGA

Foi na década de 80 que o país assistiu à ampla difusão de equipamentos de base microeletrônica, embora já viessem sendo produzidos no Brasil desde o final dos anos 70, ou seja, a inovação tecnológica é mais antiga do que o termo pode sugerir. Data dos anos 60 no Japão, 70 nos EUA e Europa e 80 no Brasil. Se a inovação não é tão nova assim, poderíamos nos perguntar porque só agora, ao final dos anos 90, estamos sentindo esse efeito sobre o volume de emprego?

Para responder a esta questão é interessante ter em mente alguns elementos de contexto, fundamentais para compreendermos a revolução tecnológica como estratégia do capital em busca de competitividade.

Os documentos dos organismos multilaterais, que fornecem financiamento e "recomendações" aos países periféricos, antecipam os efeitos dessa onda de modernização e distinguem entre dois caminhos para alcançar maior competitividade: uma via calcada na capacitação tecnológica com crescimento econômico, que redundaria numa "competitividade autêntica", ou uma segunda via, em que as vantagens competitivas dos países se centrariam no barateamento do custo do trabalho, o que constituiria uma competitividade espúria (CEPAL, 1992).

Um tipo de modernização conservadora, que associou automação seletiva com precarização do emprego, parece ter sido a saída das empresas brasileiras para buscar maior competitividade numa economia globalizada. No entanto, a adoção de novas tecnologias não aconteceu isoladamente: ocorre acompanhada de uma série de mudanças na organização do trabalho, inovações de gestão, informatização, estrutura das empresas, estratégias de mercado, relações de subcontratação interfirmas, segmentação dos mercados que caracterizam uma verdadeira reestruturação produtiva

que envolve muitos outros fatores, além da adoção ou não de novas tecnologias. Por esta razão, as pesquisas têm criticado o viés determinista que atribui, exclusivamente, à tecnologia, os impactos sócio-econômicos decorrentes dessa reestruturação mais ampla.

DESCARTANDO O DETERMINISMO TECNOLÓGICO

Estudos que realizaram comparações internacionais, e pesquisas entre setores e intra-setores, revelaram que não existe um único caminho para ganhar flexibilidade e competitividade. Para reforçar este argumento lembram que o desemprego em massa é realidade nos países desenvolvidos, mas só em alguns deles é consequência do avanço tecnológico (Schmitz, 1985). Essa relação é difícil de se aferir, posto que não existe uma quantificação do desemprego tecnológico, pela dificuldade metodológica de discerni-lo de outros tipos de desemprego como o estrutural, o de inserção etc. Contudo, há um consenso de que a explicação mais plausível para o desemprego recai sobre a recessão, as políticas monetárias e fiscais (Schmitz, 1985; Cano, 1994; Singer, 1996).

Explicam que a estagnação da década de 80, com acentuada diminuição do emprego formal, ocorreu muito mais como decorrência da crise - vivemos crises econômicas nas duas últimas décadas - do que da introjeção tecnológica mais intensa (Cano 1994, p.596)

Retomemos a nossa questão: se a inovação data dos anos 80 e foi naquele período que ocorreu a difusão mais ampla das novas tecnologias em meio à acirrada crise econômica, porque só agora, ao final dos anos 90, estaríamos sentindo esse efeito sobre o volume de emprego?

No início dos anos 80, diante da chamada crise da dívida externa, a saída escolhida para a economia brasileira foi a busca de exportações. Porém, essa opção exigia que nossos produtos adquirissem padrões internacionais de qualidade e preços competitivos, a fim de concorrer no mercado internacional. Tal exigência desencadeou um processo de adoção seletiva de novas tecnologias que foram implantadas inicialmente nas indústrias voltadas à exportação - automobilística e eletroeletrônica - e apenas em alguns postos estratégicos.

O temor imediato dos sindicatos era que a difusão da automação microeletrônica compromettesse a geração de empregos na indústria. Porém, o alto custo dessa tecnologia flexível e o fato da mão-de-obra ser muito barata no Brasil, estimulou que as empresas mantivessem um parque híbrido, onde conviviam linhas tradicionais/convencionais paralelamente a linhas automatizadas.

As novas tecnologias foram implantadas prioritariamente em postos-chaves para a qualidade do produto ou nos pontos de estrangulamento, gargalos da produção, apenas em alguns setores das empresas de ponta.

O debate de meados dos anos 80, ficou polarizado entre a defesa da competitividade e a defesa do emprego. O movimento sindical da época receava não apenas o desemprego mas a desqualificação profissional e a consequente redução dos salários. Assumiu, inicialmente, uma posição defensiva, clamando por políticas que viessem compensar os custos sociais da automação flexível.

Enquanto a competição intercapitalista se acirrava, no plano político interno fortaleciam-se os movimentos pela redemocratização, direitos sociais, conquistas trabalhistas na nova Constituição e, no plano econômico, o cenário era de hiper-inflação, difundindo-se a idéia de que naquela conjuntura a modernização tecnológica deixava de ser uma opção para se tornar um imperativo. A literatura corrente passou a argumentar que poderia existir uma correlação positiva entre empregos e incorporação das inovações tecnológicas e organizacionais pela via do crescimento. Delineavam-se diferentes cenários, uns mais otimistas, outros pessimistas, para os tempos vindouros.

Schmitz e Tuile indicam que é importante deslocar o problema da polaridade colocada entre busca de competitividade e defesa do emprego, pois não precisam ser mutuamente excludentes. Citavam o exemplo do Japão ou de países europeus como a Suécia e outros do campo social-democrata, para mostrar que a busca da flexibilidade não era necessariamente sinônimo de desestruturação do mercado de trabalho.

As pesquisas apontavam como aspectos positivos da revolução tecnológica o aumento relativo da parcela qualificada da força de trabalho, por exemplo dos trabalhadores da manutenção. Destacaram a maior capacidade de recuperação do emprego, observada após a crise, nas empresas modernizadas do que nas tradicionais (Fleury, 1992), e também a possibilidade de criação de empregos nos setores que produzem as novas tecnologias.

Deve-se lembrar que, naquela época, havia reserva de mercado para o setor de informática no Brasil. Empresas nacionais de micro-computadores e de máquinas-ferramentas computadorizadas apresentaram crescimento do emprego, enquanto havia estagnação do emprego nas multinacionais. Um cenário otimista delineava a possibilidade/necessidade de internalizar qualificação e promover capacitação tecnológica nas empresas nacionais. Atribuía-se um papel central ao desenvolvimento de pesquisa, ciência e tecnologia, ressaltan-

*“É importante
deslocar o problema da polaridade
colocada entre
busca de competitividade e defesa
do emprego”*

do a necessária articulação que o setor produtivo deveria travar com as universidades e escolas técnicas, visando preparar uma força de trabalho qualificada em eletrônica e microeletrônica, mais capacitada para atender às demandas da automação flexível (Carvalho, 1986, p.29).

Naquele contexto, acreditava-se que a ocorrência ou não de demissões seria decorrente da capacidade de pressão e negociação dos sindicatos, alertando que seria imprescindível que se estabelecesse uma política social atuante para proteger o emprego, evitando demissões e perdas salariais.

OUTRO CENÁRIO NOS ANOS 90

O ano de 1991 é visto, por diferentes autores, como um ponto de inflexão a partir do qual se constata aumento da produção industrial e perda da capacidade de geração de emprego (Valle, 1998; Carvalho e Bernardes, 1996).



Fonte: Valle, 1998, p.7.

O setor manufatureiro deixa de ser o grande gerador de emprego, não tanto por introdução de novas tecnologias, como dissemos, mas pela adoção de métodos de gestão JIT, TQC, ISO, que promovem a flexibilidade e otimização, acompanhadas de estratégias de desverticalização, descentralização, desintegração etc. à semelhança das grandes corporações dos países centrais. Porém, diferente deles, no Brasil, a adoção de novas concepções de produção não veio acompanhada de mudanças nas políticas de Recursos Humanos capazes de assegurar a manutenção do nível de emprego e salários.

A reestruturação da indústria nacional acarretou grande redução de chefias intermediárias, de algumas categorias de trabalhadores qualificados, como traba-

lhadores da usinagem, ajustadores, montadores e eletricitas (ver Tabela 1, p.5). Essas categorias sofreram o maior corte no período de 1991-1994, chegando a 58 mil postos de trabalho eliminados. Contraditoriamente ao discurso apologetico de aumento dos postos mais qualificados, verifica-se um aumento da participação de categorias mais sujeitas à informalização, os trabalhadores braçais (Carvalho e Bernardes, 1996, p.59)

Esses dados foram explicados pela tese da terceirização e da terciarização. O discurso oficial e empresarial tentava alegar que parte dos trabalhadores demitidos transformavam-se em autônomos, tornando-se fornecedores das empresas que adotavam a estratégia da "focalização", passando a dedicar-se à montagem de um produto, destinando a terceiros parte da produção. Argumentava-se também que, com a informatização e reestruturação, os postos de trabalho eliminados no setor secundário, na indústria, seriam recuperados no terciário, nos serviços. Isso não ocorreu. As vagas abertas nos serviços não foram suficientes para compensar as perdas na indústria.

A redução do volume de emprego nos anos 90 foi mais pronunciada que na recessão dos anos 80. As explicações somam vários condicionantes, desde a política econômica do governo Collor, a abertura da economia, a combinação de recessão aguda e, dentre outros, as transformações produtivas e organizacionais.

A partir de 1994, com o início do Plano Real, o nível de emprego formal foi sofrendo queda progressiva, o que significou o fechamento de milhares de postos de trabalho. O setor que mais demitiu foi a Indústria de Transformação. Mais uma vez está comprovado que a tese de que a perda de empregos no setor secundário da economia, é compensada pelas vagas criadas no setor terciário, não se sustenta no mercado de trabalho formal (SINE/SC, 1998).

Nos últimos anos, observa-se uma acentuada redução no contingente de trabalhadores com carteira assinada, devido à redução no nível de atividade econômica provocada pela política de contenção do consumo, juros altos e restrição ao crédito, praticada pelos gestores da política econômica. Em suma, a recessão decorrente das políticas monetárias e fiscais de ajuste têm contribuído para a queda do emprego industrial, a expansão da informalização, a deterioração da qualidade do emprego e o aumento do desemprego, muitas vezes oculto pelo trabalho precário.

Os índices estatísticos vão deixando claro que, dentro da atual política econômica, não há colocação para todos. A própria definição deixa entrever que a empregabilidade será uma característica dos poucos que conseguirem sobreviver nessa selva, os demais estando condenados à exclusão. Como não há interesse em que este aspecto da exclusão social seja discutido, procura-se argumentar que o desemprego decorre da "inaptidão" ou "despreparo" do trabalhador para atuar num "ambiente" de novas tecnologias. A mídia nos bombardeia diariamente com depoimentos de governantes dizendo que o desemprego só se enfrenta com duas

medidas: crescimento econômico e melhoria da Educação³. O discurso dominante parte desse pressuposto para tentar difundir a idéia de que os trabalhadores devem investir nos cursos, treinamento, e outros "fatores" que promovam a sua empregabilidade.

EM BUSCA DA EMPREGABILIDADE

A noção de empregabilidade tem contornos pouco delineados e se presta a diversos usos. Na literatura econômica e análises estatísticas, a empregabilidade diz respeito à passagem da situação de desemprego para a de emprego, ou seja, é definida como probabilidade de saída do desemprego, ou é formulada como "probabilidade de saída do desemprego" ou "capacidade de obter um emprego" (Hirata, 1997.p.33).

A definição adotada para a política de Educação Profissional que vem sendo delineada pelo Ministério do Trabalho vai além: "Empregabilidade deve ser entendida como capacidade não só de se obter um emprego, mas sobretudo de se manter em um mercado de trabalho em constante mutação" (Brasil/MTb, 1995. p.9).

Poderíamos indagar se é possível, numa conjuntura de redução brutal de empregos, que alguns consigam "obter emprego" enquanto outros tentam "se manter" neles.

Em meio à oferta abundante de trabalhadores, as estratégias de recrutamento e seleção se sofisticam, buscando selecionar os mais aptos, e testes pretendem cada vez mais aferir as competências e os níveis de prontidão dos candidatos ao emprego.

A empregabilidade remete à capacidade de mobilidade, adaptação e resposta do trabalhador às novas exigências do mercado de trabalho, e tem sido utilizada para referir-se às condições subjetivas de integração dos sujeitos à realidade atual e ao poder que possuem de negociar sua capacidade de trabalho, considerando o que os empregadores definem por competência (Machado, 1996).

Tais competências são publicadas de forma recorrente em revistas e jornais que trazem um verdadeiro *check-list* do que deve constar no currículo de um profissional para que não esteja tão vulnerável no mercado de trabalho. Dentre as competências mais citadas destacam-se: capacidade de ler, interpretar e decidir com base em dados formalizados, prever e corrigir disfunções do sistema, ter iniciativas e responsabilidades mais elevadas, e maior participação e envolvimento de modo a controlar a qualidade e a promover melhorias contínuas nos processos produtivos.

Considerando que profissionais com este perfil

TABELA 1

Evolução da Composição do Emprego da Indústria de Transformação (1), segundo categorias da Classificação Brasileira de Ocupações - CBO Estado de São Paulo - 1991-1994

Grupo	Sub-Grupo	Descrição	Anos	
			1991	1994 (2)
Total			100	100
0-1		Profissões científicas, Técnicas e Artísticas	7,0	6,2
2		Membro dos Três Poderes, Funcionário Público, Diretores	1,9	1,5
		Trabalhadores de Serviços Administrativos	12,7	11,8
	3.0	Chefes intermediários, Adm. De Contabilidade e Finanças	1,5	1,2
4		Trabalhadores do Comércio	3,4	4,0
5		Trabalhadores de Serv.Turismo e Serventia, Beleza, Segurança	4,3	4,3
	5.5	Trab.Serv.Adm. Conservação, Limpeza	1,2	1,4
6		Trabalhadores Agropecuários, Florestais, da Pesca	1,1	1,9
7		Trabalhadores na Produção Industrial	21,7	21,2
	7.0	Agentes de Mestria	2,0	1,4
8		Trabalhadores na Produção Industrial	22,3	20,2
	8.3	Trabalhadores da Usinagem de Metais	7,9	6,8
	8.4	Ajust., Mecânicos, Montadores e Mecânicos de Máquinas, veículos e Instrumentos de Precisão	4,5	4,0
	8.5	Eletricistas, Eletrônicos e Técnicos assemelhados	2,9	2,5
9		Trabalhadores na Produção Industrial	21,9	22,7
	9.9	Trabalhadores Braçats	9,0	19,4
Ignorado			3,7	6,3

Fonte: MTb/CODEFAT (Rais e Lei 4923)

(1) Classificação do IBGE

(2) Dezembro de 1994

não se encontram "prontos" no mercado de trabalho, o Ministério do Trabalho vem desenvolvendo atividades no âmbito da Política Nacional de Educação Profissional, a fim de desenvolver uma qualificação que forneça aos trabalhadores os meios e as condições para a sua atualização profissional. Essa centralidade tem criado falsas expectativas de que a qualificação assegura um emprego. Não se pode negar que essa situação tem gerado empregos dentro de um novo nicho de mercado: um "business" de "escolinhas" que passaram a oferecer cursos profissionalizantes de curta duração, aproveitando os polpidos financiamentos do Fundo de Amparo ao Trabalhador - é bom que se lembre.

A corrida por certificados, por adquirir uma qualificação que o diferencie no mercado de trabalho, uma competência que lhe dê vantagem numa seleção, habilidades que possam assegurar promoção, acabam instaurando uma busca desenfreada por superação e uma competição sem precedentes com os companheiros de trabalho.

O emprego/desemprego deixa de ser encarado como questão social e política, que precisa ser enfren-

tada e negociada, e passa a ser encarado como dimensão do indivíduo que tem ou não tem tais atributos. Essa indefinição é de todo útil ao contexto atual, de incertezas, pois ninguém sabe se tem (empregabilidade), se é (competente), e está sempre arriscado a perder. Um sentimento de insegurança se dissipa pelo ar. A chamada gerência pelo stress ou pelo desconforto, antes restrita ao ambiente fabril, extravasa os muros da fábrica e toma, agora, toda a sociedade.

CONCLUSÃO

Neste texto, procuramos argumentar que a análise do desemprego não pode ser reduzida aos atributos do trabalhador individual, sua qualificação ou prontidão para o emprego, como pretende fazer o discurso da empregabilidade.

A pesquisadora Helena Hirata alerta, com muita propriedade, para a função ideológica e política do uso dos conceitos: "Tal como vem sendo utilizada, a noção de competências e empregabilidade está associada a uma política de seleção da empresa e implica em transferir a responsabilidade, da não contratação ou da demissão, ao próprio trabalhador. Um trabalhador 'não empregável' é um trabalhador não formado para o emprego, não competente etc. O acesso ou não ao emprego aparece como dependendo da estrita vontade individual de formação, quando se sabe que fatores de ordem macro e meso econômicas contribuem decisivamente para essa situação individual" (Hirata, 1997)

A demissão, e a dificuldade de reinserção no mercado, deixam de ser tratadas como questões políticas e passam a ser atribuídas à ausência de competências pessoais, ou seja, tornam-se individualizadas: "o fulano é que é incompetente", ou não desenvolveu a "empregabilidade".

A saída para este problema não vai ser individual. Segundo Pochmann, também não adianta relegar o problema da geração de emprego exclusivamente ao mercado de trabalho. Trata-se de um equívoco atribuir o desemprego ao advento da Revolução Tecnológica. Portanto, não resolve advogar o romantismo dos velhos tempos, alimentando a nostalgia da volta ao passado. Parece mais sensato resgatar a utopia do potencial libertário que o avanço tecnológico possibilita, mas não assegura. Abrem-se possibilidades. Aproveitá-las, ou não, cabe aos indivíduos e à capacidade de coletivizar os frutos do avanço científico e tecnológico. Claro que isso vem atrelado à necessidade de pensar uma outra sociedade, com base numa relação de maior igualdade social e econômica entre as pessoas. Essa, certamente, não será uma conquista individual.

** A autora é Professora do Departamento de Estudos especializados em Educação do CED/UFSC, e pesquisadora do CNPQ*

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BRASIL/MTb - SEFOR (1995) Educação profissional: um projeto para o desenvolvimento sustentado. Brasília: SEFOR, 24 p.

CANO, Wilson. "Industrialização, crise, ajuste e reestruturação: algumas questões sobre o emprego e suas repercussões sobre a distribuição de renda". In: OLIVEIRA et alii, orgs. O Mundo do Trabalho. Crise e Mudança no Final do Século. São Paulo, Scritta/MTb/Cesit.

CARVALHO, Ruy Q. e BERNARDES, R. Reestruturação Industrial, Produtividade e Desemprego. São Paulo em Perspectiva, vol.10, n.1, jan./mar./1996., pp.53-62.

CARVALHO, Ruy Q. Os efeitos da Inovação Tecnológica baseada na Microeletrônica sobre o emprego industrial no Brasil: alguns dados e uma interpretação. Trabalho apresentado no V Encontro Anual da ABEP (out./1986) mimeo.33p.

CEPAL/UNESCO. Educación y Conocimiento: eje de la transformación productiva con equidad. Santiago, 1992.

FLEURY, Afonso. "Análise a nível de empresa dos impactos da automação sobre a organização da produção e do trabalho". In: SOARES.R.(org.) Gestão da Empresa, Automação e Competitividade. Brasília, IPEA/PLAN, 1990.

FRIGOTTO, Gaudêncio. "Crise do Trabalho Assalariado e Limites do Desenvolvimento: as novas exigências da Qualificação profissional" in Anais da 49ª Reunião Anual da SBPC, Belo Horizonte, UFMG, julho, 1997, pp.479-481.

HIRATA, Helena S. (1997) Os mundos do Trabalho. In: A. CASALI (et al.) (org.) Empregabilidade e Educação: novos caminhos no mundo do trabalho. São Paulo, EDUC.

MACHADO, Lucília R.S.(1996) Educação Básica, Empregabilidade e Competência. Trabalho apresentado na Sessão Especial da ANPEd, Caxambu /mimeo/.

MEDEIROS, C. e SALM, C. O mercado de Trabalho em Debate. In: Novos Estudos CEBRAP, n.39, julho 1994,p.49-65

POCHMANN, Marcio. O movimento de desestruturação do mercado de trabalho brasileiro nos anos 90: uma análise regional (versão preliminar) Campinas (SP), abril/1998, 24p.(mimeo).

POCHMANN, Marcio. Reconversão econômica e as tendências recentes das ocupações profissionais no Brasil (versão preliminar). Campinas (SP), junho/1998, 28p.(mimeo).

SCHMITZ, Hubert. "A microeletrônica: suas implicações sobre o emprego e salários" in Pesquisa e Planejamento Econômico, Rio de Janeiro, 15(3) dez./1985, p.639-680.

SINGER, P. (mediador) et alii, Globalização e Emprego. Debate com Cláudio Salm, J.Márcio Camargo, Márcio Pochmann e Paulo N. Batista Jr. In: Novos Estudos CEBRAP n.45, julho/1996, pp.133-149

SINE/SC (1998) Informativo para a imprensa. CAGED, Lei 4923/65 (mês de referência, dez./97) Florianópolis, fev./98.

TUILE, José R. " Microeletrônica e Movimento Capitalista" in Ensaios FEE, Porto Alegre, 5(1), 1984, pp.113-120

VALLE, Rogério. Reestruturação e Educação Profissional: o papel dos atores sociais. Cadernos do Núcleo Temático Educação do Trabalhador. CUT/Rede Nacional de Formação, 1998. pp.7-15.

NOTAS

¹ Expressão usada por José Ricardo TUILE, pesquisador da UFRJ em " Microeletrônica e Movimento Capitalista" in Ensaios FEE, Porto Alegre 5(1), 1984, pp.113-120.

² Cf. Gaudêncio Frigotto, 1997.

³ Declaração do presidente Fernando Henrique Cardoso, Folha de S.Paulo de 11/3 /98 , p.2-1.